

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TRÊS DIMENSÕES

1. Perspectiva filosófica ou jusnaturalista	11
2. Perspectiva universalista ou internacionalista	16
3. Perspectiva estadual ou constitucional	25
4. Uma dimensão constitucional positiva	30

CAPÍTULO II

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM GERAL

1. O contexto da sua evolução histórica	43
2. Sistemas de cristalização dos direitos fundamentais	54

CAPÍTULO III

O CONJUNTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

1. A matéria dos direitos fundamentais	76
2. A unidade de sentido do sistema dos direitos fundamentais	97

CAPÍTULO IV

A INTERPRETAÇÃO DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O «método jurídico»	116
2. O carácter especial dos preceitos constitucionais	119
3. As linhas de superação do método tradicional	122
4. Norma, valor e realidade no domínio dos direitos fundamentais	126
5. As modalidades de aplicação e as diferenças entre as normas	135

CAPÍTULO V

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO CATEGORIA JURÍDICA

1. A dupla dimensão dos direitos fundamentais: a dimensão objectiva como dimensão valorativa e como dimensão jurídica estrutural	143
2. Características essenciais do conceito de direito subjectivo funda- mental	171

CAPÍTULO VI

ESTRUTURA E TIPOS DE DIREITOS
 SUBJECTIVOS FUNDAMENTAIS:
 OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E OS DIREITOS SOCIAIS

1. A estrutura complexa dos direitos	188
3. A variedade dos tipos de direitos	191
3. A procura de um critério de regime	194
4. Direitos, liberdades e garantias e direitos sociais	198
5. Direitos subjectivos e pretensões jurídicas	205
6. O regime dos direitos, liberdades e garantias	210

CAPÍTULO VII

OS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Os limites imanentes	215
2. As colisões ou conflitos de direitos	220
3. A intervenção legislativa na matéria dos direitos, liberdades e garantias	224
4. Os limites dos direitos sociais	248

CAPÍTULO VIII

A FORÇA JURÍDICA DOS PRECEITOS
 RELATIVOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Aplicabilidade directa e imediata	254
2. A vinculação das entidades públicas	264
3. Vinculação de entidades privadas	270
4. A força jurídica dos preceitos relativos aos direitos sociais	300

CAPÍTULO IX

A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A protecção jurídico-institucional	314
2. Os remédios	335
3. A tutela dos direitos sociais	343